

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FORUM DE CIÊNCIA E CULTURA

CURSO DE ATUALIZAÇÃO:

ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS.

A N O - 1973

POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

ASPECTOS DE NOVAS FRONTEIRAS
NOS HORIZONTES DA PÁTRIA.

Trabalho realizado pelo estagiário - nº 12

Apresentado pela A.U.S.U. - Associação

Universitária Santa Ursula - Prof. JOSÉ

PEDRO TEIXEIRA DE CARVALHO.

REPUBLICAN PARTY OF THE STATE OF TEXAS

STATE CONVENTION

AT THE CITY OF DALLAS

ON THE 15TH DAY OF MARCH 1892

1892 - 1893

RESOLUTIONS OF THE CONVENTION

AND THE PROCEEDINGS THEREOF

AS HELD AT DALLAS, TEXAS

PRINTED BY THE TEXAS STATE PRINTING OFFICE

AT THE CITY OF DALLAS

ON THE 15TH DAY OF MARCH 1892

BY THE TEXAS STATE PRINTING OFFICE

S U M Á R I O

	pág.
Objetivo	4
Conquista do Mar Territorial	10
A Amazônia Brasileira	16
A Antártida. A reformulação de uma política de fron_ teiras	24

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

FORUM DE CIÊNCIA E CULTURA.

CURSO DE ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS.

ANO III - 1973

ESTAGIÁRIO Nº 12.

CONVIDADO - A.U.S.U.

PROF. JOSÉ PEDRO TEIXEIRA DE CARVALHO.

TEMA: Política de Integração Nacional. Aspectos de Novas Fronteiras nos horizontes da Pátria.

" Creio que a grandeza do Brasil depende muito mais da família que do Estado , pois a consciência nacional é feita da alma do educador que existe em cada lar. "

Presidente Médici

JOSÉ PEDRO TEIXEIRA DE CARVALHO.

Chefe do Departamento de Disciplinas Gerais da
Faculdade de Engenharia Operacional da A.U.S.U.

Chefe do Departamento de Disciplinas Gerais dos
Cursos de Engenharia de Operação da Escola Técnica Federal "Celso Suckow da Fonseca"

Professor Titular de Estudos de Problemas Brasileiros - devidamente autorizado pelo C.F.E.

Professor concursado no Colégio Pedro II.

Bacharel em Filosofia - F.N.F. - U.B.

Bacharel em Direito - U.D.F.

Licenciado Filosofia - U.D.F.

Aperfeiçoamento Filosó

fia - F.N.F. - U.B.

Participante de Cursos e Congressos de
Estudo de Problemas Brasileiros. Etc.

POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL. ASPECTOS DE NOVAS FRONTEIRAS NOS HORIZONTES DA PÁTRIA.

1. - Objetivos desse trabalho:

Do exame atento de tudo que se projetou e se projeta, e de tudo que já se fez, e ainda está sendo feito no Brasil no setor desenvolvimentista, pretendemos salientar três partes fundamentais:

- a) Conquista do mar territorial;
- b) Transamazônica ou integração da Amazônia brasileira através de objetivos atuais;
- c) O problema do continente frio, ou melhor, a Antártida e a eventual participação do Brasil na cá-lida aproximação e fixação territorial no promissor celeiro de reservas de matéria prima para a Humanidade.

São esses três temas apaixonantes para o estudo e pesquisa, sendo que, somente o último, a Antártida, deve ser talvez assunto reservado ou ainda não colocado em pauta, mas que, fatalmente, em nosso entender, mais cedo ou mais tarde, o Brasil deverá atacá-lo em termos de objetivos nacionais, e colocá-lo na pauta devida a sistemática da ação governamental.

Na verdade, de cada um desses aspectos decorre uma nova visão de limites ou fronteiras para nossa Pátria; daí nossa preocupação em identificar cada uma delas.

1.1 - Conceito Global de Fronteira:

Evidentemente, a idéia de fronteira não compreende só o sentido geográfico, que existe e é necessário; se integramos a Amazônia, precisamos mais do que nunca rever, como já o fizemos, as linhas demarcatórias físicas, e defendê-las com a fixação do colono ou com a vigilância dos comandos militares ou futura Região militar; do mesmo modo, se fixarmos nosso mar de 200 milhas, urge que o limite do traçado das milhas ou os quilômetros quadrados sejam incorporados ao território nacional e devidamente conhecidos, cabalmente defendidos por todos os agentes da segurança nacional e mais especialmente pela marinha de Guerra do Brasil, pelos comandos aéreos navais ou da aeronáutica militar. O mesmo poderíamos dizer, para o futuro, com relação à conquista da Antártida Brasileira, como território de fixação nossa, pelas razões ou motivos que exporemos, à guisa ensaio.

Entretanto, além das fronteiras físicas, vivemos/ num mundo de muitas divisões e definições; daí nossa preocupação em examinar as outras fronteiras trazidas pela política de integração, quais sejam fronteiras ideológicas, políticas e econômicas que nem sempre se harmonizam dentro do mundo dividido em áreas de povos desenvolvidos, de povos em desenvolvimento e de povos subdesenvolvidos, para não falar na monoclatura antiga, de povos fora da cortina de ferro, ou dentro da cortina de ferro, ou áreas das moedas dominantes e dominadas.

Estamos certos que a política de desenvolvimento/ nacional impõe ao Brasil de hoje uma atitude de independência

com relação a tais áreas ou fronteiras, determinando a cada brasileiro de que a verdadeira fronteira a existir será aquela ditada pelos grandes objetivos nacionais e aconselhada, paulatinamente, face os antagonismos ou pressões das áreas em litígio, de modo a sair sempre vitoriosa a melhor opção para a segurança nacional. Evidentemente o objetivo desse nosso trabalho é pretencioso, pois de muito alcance e seu mérito; é aquele de partir do simplismo da idéia inicial, da cogitação do mais elementar até ao mais complexo possível.

Examinaremos, agora, após ligeira apreciação doutrinária, cada um dos dois novos limites surgidos com a Política de Integração Nacional em vigor e, possivelmente, o terceiro limite, a surgir, caso se efetive a definição política do Brasil com relação à Antártida.

2. - Aspectos doutrinários:

Por aspectos doutrinários entendemos, a sequência que os governos da Revolução vêm dando à política desenvolvimentista nacional, a qual se apoia numa idéia diretora de implantação de reformas, que descem do campo doutrinário ao campo social e de realizações políticas e administrativas.

Isso quer dizer que não se distingue concepção Carismática, dogmática, para a visão do Estado e para a concepção do homem, mas, fundamentalmente uma sequência de estudos e pesquisas que, ao longo do tempo, apresentam índice de validade para as programações de governo, desde que garantam, setorialmente, princípios válidos que motivaram a revolução de março de 1964. Ora, basta que, em rápido retrocesso façamos exposição suscinta da revolução de março, para que justifiquemos uma doutrina básica de política nacional

a surgir subjacente do processo histórico que ditou a revolução institucional. São antecedentes da revolução:

- a) A existência de oligarquia política no governo anterior;
- b) A anarquia administrativa gerada pela demagogia desenfreada;
- c) A subversão política.

Tais fatores geravam a anarquia institucional; daí a quebra da hierarquia militar, a inflação galopante, a ameaça das ditaduras de esquerda ou de direita, ou o caos político-social. Ora, sobre tudo isso adevemo o ato institucional nº 1, pedra angular do início de uma filosofia política capaz de dar ao Brasil tranquilidade e manter a nação dentro do Estado-Poder, garantidor da ordem democrática, dos direitos do homem, da federação e da república e do sentido histórico do desenvolvimento nacional, visando a ordem interna e o bem comum. Daí a concepção de segurança nacional, hoje inserida no texto da Emenda nº 1 de nossa Constituição de 1967. Para atingir-se esse monumento jurídico, duvida não temos, de conceitos doutrinários válidos a terem sido mobilizados, tais como o de nação; os de estado, os de objetivos nacionais permanentes; os de política de desenvolvimento, do qual a integração é elemento indispensável, e assim por diante. Há, pois, como dissemos, aspectos doutrinários a serem examinados.

2.1 - A integração no contexto da política do desenvolvimento - é um objetivo.

As expressões do Poder nacional brasileiro, estabelecidas na emenda nº 1, constituem, como sabemos, o legislativo, o executivo e o judiciário, fundamentos da ordem democrática.

Entendido, entanto, como expressão do Estado o poder nacional é, na verdade, expressão da Política Nacional, para alcançar os objetivos nacionais. Ora, há características, para o poder nacional atuar tais como:

- a) ser constituído de elementos de toda ordem, abrangendo todas as disponibilidades da nação;
- b) ser exercido através de ações, visando a disciplina, a vida coletiva e alcançar os objetivos nacionais;
- c) ser limitado no espaço e variável no tempo;
- d) atuar tanto no âmbito interno como no externo - eis porque já disse o marechal Távora - " o poder nacional é a expressão integrada dos meios de toda ordem de que dispõe efetivamente a nação numa época considerada. "

Não se pode, como vemos, isolar o Poder nacional de sua época; cada época tem suas motivações. Por ocasião do aniversário da revolução de 31 de março, o general Meira Mattos disse em ensaio, que o maior mérito do primeiro governo da revolução foi o de implantar uma política de objetivos, ao invés de se perder em devaneios filosóficos.

Na verdade foi no Brasil, desde o primeiro governo da Revolução uma doutrina política de ação, não escatológica ou teleológica, axiomática ou dogmática, mas objetiva e dinâmica, que realmente representou o escoadouro das aspirações e dos legítimos interesses nacionais. Daí, a fundamentação dos objetivos nacionais, os quais mesmo encontrando oposições e antagonismos, possam ser firmados, objetivando a ação governamental.

2.12 - A integração no contexto dos objetivos nacionais.

Podemos destacar nove objetivos nacionais, a saber:



BRASIL
COSTA E ILHAS AO LARGO

LEGENDA

- Plataforma Continental -
- Área Reservada para barcos Brasileiros
- Extensão das águas territoriais Brasileiras - - - - -

- 1 - Independência;
- 2 - Soberania;
- 3 - Integridade territorial;
- 4 - Prestígio internacional;
- 5 - Prosperidade nacional;
- 6 - Integração nacional;
- 7 - Democracia;
- 8 - Preservação dos valores morais e espirituais da nacionalidade;
- 9 - Paz social.

Desses, o quinto e o sexto, isto é, a prosperidade nacional e a integração nacional são objetivos críticos, pois que em função deles, é que existe a política de desenvolvimento nacional.

Estamos certos que, vencendo paulatinamente os óbices, lutando contra antagonismos, poderemos tornar viável um Brasil - Novo, enriquecido, soberano e principalmente democrático.

3. - A conquista do mar territorial - Limites físicos. Fronteiras econômicas e Ideologias.

Eis um tema nesse contexto: as chamadas 200 milhas, ou reivindicação do mar de 200 milhas para o Brasil despertou a consciência nacional para um problema brasileiro de ordem material e de ordem espiritual muito sério: a defesa da economia e a defesa da auto-determinação, mesmo que prejudique o amigo ou o vizinho mais próximo.

O mar sempre foi de todo o mundo, *res nullius*. Quando os romanos viram a importância econômica do mar como meio de transporte, estabeleceram o mediterrâneo como "mare nostrum"; os povos não obedientes a Roma, mesmo assim pagavam tributos devidos ao Senado e ao povo romano. Num tempo anterior, creten-

ses e fenícios, depois egípcios e gregos lutavam por fronteiras e territórios gerados pela disputa do direito de navegar.

Modernamente o mar não só oferece as condições tráfego; dispõe de fauna e flora aquáticas e de riquezas submarinas imersas e de riquezas do solo submarino, ainda mais preciosas; daí a disputa legítima dos povos marítimos pela defesa de sua plataforma submarina, e quando não, do seu mar continental. Pelo Decreto-Lei 1098-70 o Brasil hoje é detentor de 760 quilômetros quadrados, incorporados ao território nacional e que praticamente duplicam o espaço territorial brasileiro, computado entre hidrosfera e litosfera, para a nossa soberania. Eis aí uma fronteira de integração e que carece ser defendida e dominada pelo povo brasileiro. O Decreto-Lei nº 1098 de 25 de março de 1970, assim define:

Art. 1º - O mar territorial do Brasil abrange uma faixa de 200 milhas marítimas de largura, medidas a partir de uma linha do baixo-mar do litoral continental e insular brasileiro, adotada como referência nas cartas náuticas brasileiras.

Art. 2º - A Soberania do Brasil se estende no espaço aéreo acima do mar territorial, bem como ao leito e sub-solo deste mar.

A essa fronteira física, ao garantir a defesa das riquezas das águas, do solo e sub-solo marinhos, fizemos a fronteira econômica e estabelecemos as bases do mercado consumidor interno e alienígena. Em relação aos estrangeiros, regulamos a livre passagem - ou melhor, a passagem ingênua em nossas águas das 200 milhas.

Diz o art. 3º do referido Decreto-Lei: "É reconhecido / aos navios de todas as nacionalidades, o direito de passagem inocentes no mar territorial brasileiro." Nesse mesmo artigo,

estabelecemos o preço de nossas autorizações para a pesca ou qualquer atividade lucrativa em nossas águas continentais.

Legislação posterior, estruturando a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca "Sudepe" delimita nossa atividade econômica com relação ao nosso mercado pesqueiro.

I - Aspecto internacional decorrente de nossas fronteiras das 200 milhas.

O Brasil sempre esteve vinculado, por tradição, às doze milhas, uma vez que, embora nunca tivesse sido ratificado, participara da Convenção de Genebra, de 1958. Bem depressa verificou-se, como, por interesse, os Estados Unidos modificaram sua posição, conforme a doutrina Truman. Mais acertadamente agiram os vizinhos Sulamericanos defendendo suas 200 milhas, com o interesse vital de segurança, conforme ocorreu com o Peru. Assim sendo, a tese das 12 milhas não era mais um anseio brasileiro, muito menos Sulamericano. Eis porque nossa Emenda nº 1 à Constituição 67, assim se expressa em seu art. nº 4.

Incluem-se entre os bens da União:

II - os lagos e quaisquer correntes de águas em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, constituam limite com outros países ou se estendam a território, a ilhas oceânicas, assim como as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países.

III - a Plataforma Continental;

IV - -----

V - o mar Territorial

Ora, eis porque não é novidade a tese das 200 milhas, pois a garantia do mar continental já era dispositivo constitucional, sabido que nossa plataforma continental, chega até a 150 milhas marítimas do litoral.

1.2 - Fronteiras econômicas:

Não é demasiado acrescentar as convicções da empresa estatal - Petrobrás - de viabilidade de prospecção na plataforma. Aliás, Mr. Link, o americano pioneiro de prospecções de petróleo no Brasil, sempre considerou ponderáveis a possibilidade de reservas de petróleo no fundo de nossos mares.

Por outro lado, rica e variada é a fauna submarina, daí toda a política de pescada dinamizada pela SUDEPE. O trato com a estratégia do pescada no Brasil, deu oportunidade a ser desenvolvida uma ampla atividade de construção naval, objetivando uma frota pesqueira que possa atender ao mercado consumidor interno e preparar as condições de colocar o Brasil como exportador de pescada e país competidor com as grandes potências nesse ramo do mercado internacional. Essa atividade delinea a dimensão / dessa nossa nova fronteira econômica, geradora de divisas e capaz de influir decisivamente no processo de enriquecimento do povo brasileiro, aumentando sua renda nacional.

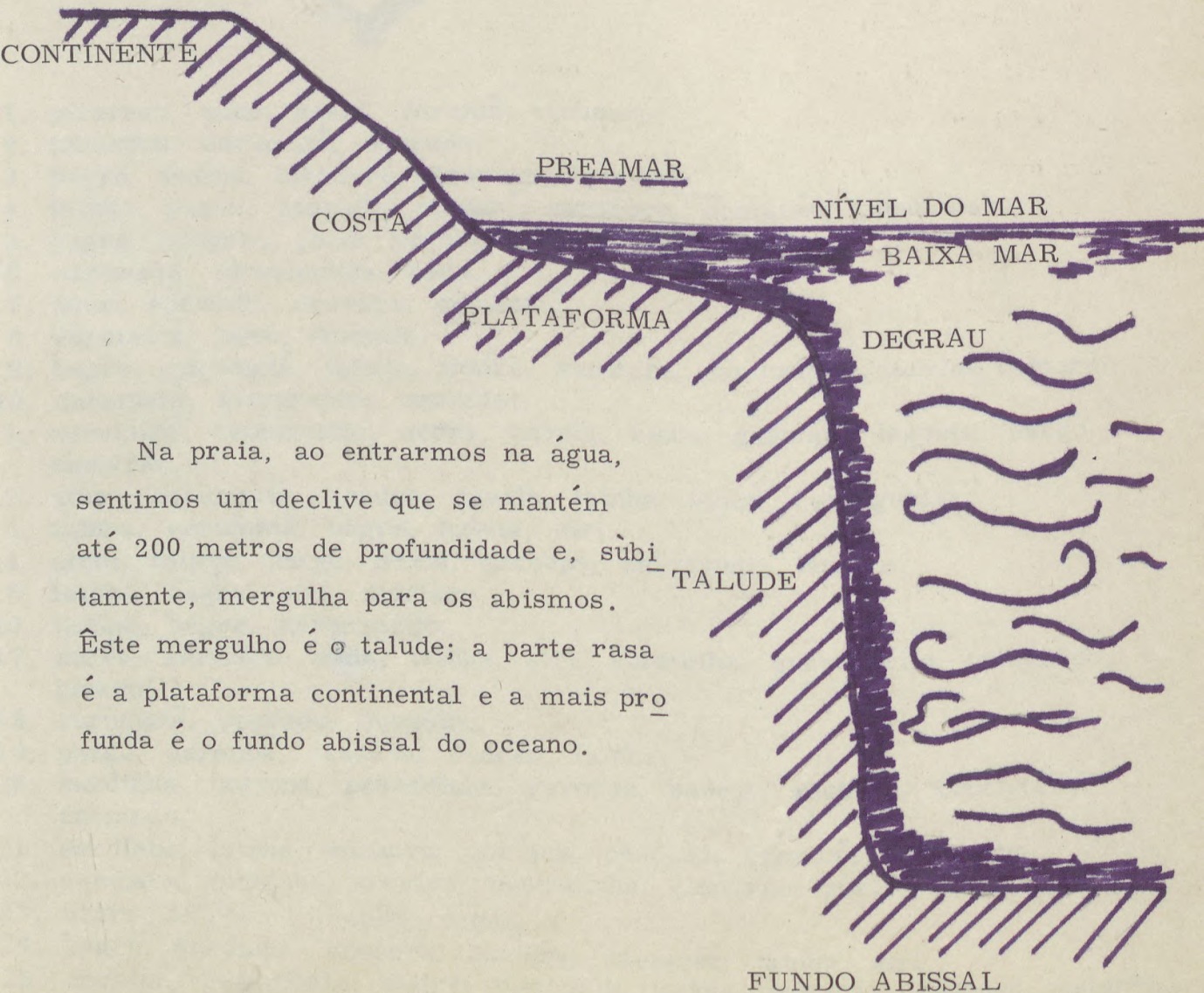
2. - Experiência brasileira na economia do pescada e na defesa do mar de 200 milhas.

Todos sabemos da política de incentivos fiscais, fundada na legislação em vigor; não há dúvida fracasso de alguns empreendimentos, feitos com a devida tecnologia e carente de planejamento. Muitas em vezes fracassaram, embora com recursos financeiros apreciáveis em razão do desenvolvimento de tecnologia a ser aplicada e assim, face a surpresa de não lograrem o pescada fácil.

Plataforma continental submarina, também chamada meseta continental, é a continuação submarina do continente.

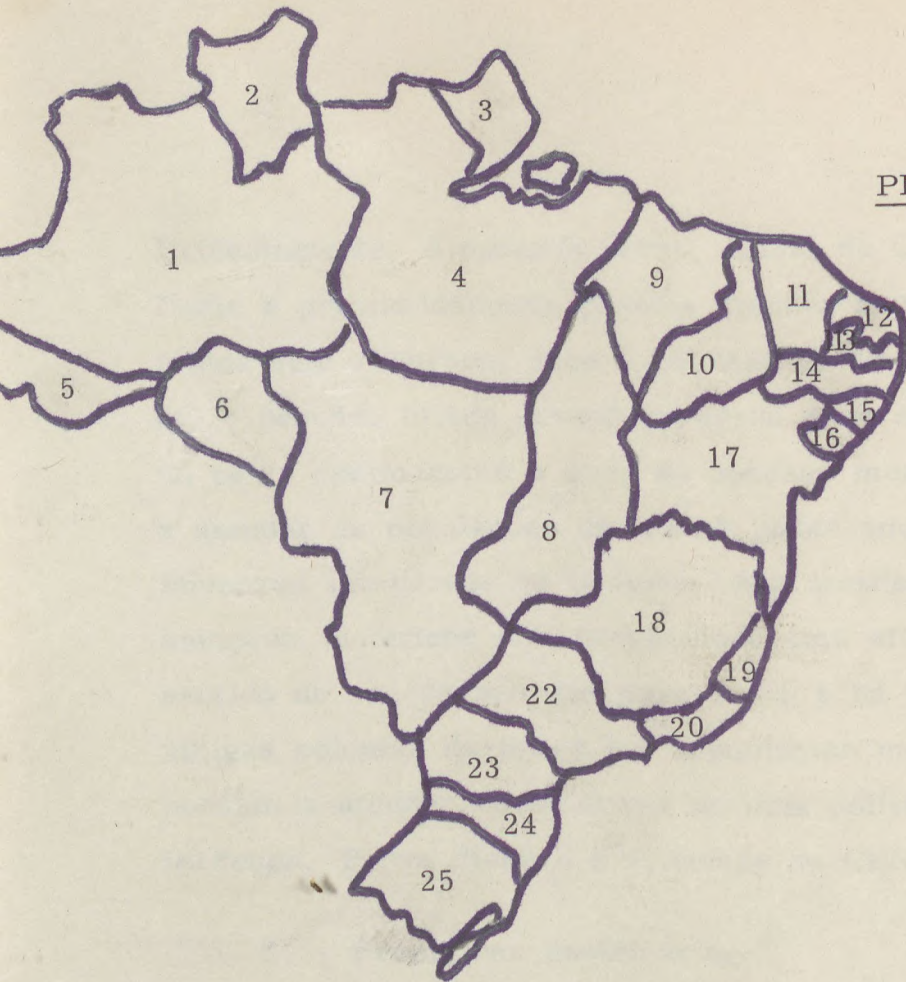
As zonas de ressurgência são formadas por águas profundas que afloram à superfície, por qualquer mecanismo da natureza. Como são ricas em sais minerais e nutrientes, oriundos da decomposição de detritos e peixes mortos, permitem que a produção do mar aí se processe em toda sua plenitude, em níveis cinco / vezes maiores que o oceano. Essas zonas ou oásis abrangem uma / área correspondente à do Estado da Bahia e se localizam no Peru, na Califórnia, no sudeste e noroeste da África, na Somália e no Cinturão Antártico.

É necessário que se faça uma exploração disciplinada dos recursos vivos dessas zonas e plataformas continentais, de maneira a protegê-los da ação predatória, a fim de manter o equilíbrio biológico, indispensável à sobrevivência das espécies.



Na praia, ao entrarmos na água, sentimos um declive que se mantém até 200 metros de profundidade e, subitamente, mergulha para os abismos. Este mergulho é o talude; a parte rasa é a plataforma continental e a mais profunda é o fundo abissal do oceano.

PESCADO DO BRASIL



1. pirarucu, pacu, acari, corumã, tucunaré.
2. pirarucu, curumatã, dourado.
3. bagre, traíra, tucunaré, pirarucu, camarão.
4. tainha, bagre, dourado, mapará, pirarucu, camarão, piramutaba.
5. bagre, lambari, pacu, surubim.
6. carumatã, piracanjuba, pacu.
7. pacu, surubim, dourado, curumatã.
8. curumatã, pacu, dourado.
9. bagre, curumatã, tainha, traíra, surubim, camurupim, corvina, camarão.
10. curumatã, camurupim, surubim.
11. curumatã, camurupim, serra, cavala, sioba, garoupa, lagosta, pargo, camarão.
12. atum, curumatão, voador, cavala, tainha, sioba, carangueijo.
13. tainha, curumatã, bagre, baleia, siri.
14. atum, tainha, pargo, sioba, garoupa, salmonete, lagosta.
15. tainha, bagre, siri, marisco.
16. tainha, bagre, carangueijo.
17. xeréu, xerelete, atum, tainha, siri, vermelho, carangueijo, namorado, badejo.
18. curumatã, dourado, surubim.
19. pargo, garoupa, pescada, cacção, tainha.
20. sardinha, corvina, pescadinha, garoupa, badejo, enchova, xerelete, camarão.
21. sardinha, tainha, enchova, corvina, pescada, camarão, cavalinha.
22. sardinha, manjuba, corvina, pescadinha, camarão, goete, enchova, savelha.
23. bagre, tainha, camarão, cação.
24. bagre, sardinha, enchova, corvina, camarão, tainha, siri.
25. corvina, pescadinha, bagre, miragaia, tainha, merluza, enchova, castanha.

Evidentemente, o pescado nobre, existe de Cabo Frio para o Norte e presumidamente poderia atender a um mercado consumidor sem recursos, face a pobreza do Nordeste. Evidentemente, o pescado miudo dessas paragens é de ser destinado ao sul do país, assim como a área do pescado menos nobre pode vir a atender as populações de menor poder aquisitivo. Além das inúmeras iniciativas do Governo para atender a uma tecnologia avançada, a Sudepe tem programado uma atividade intensa no sentido de reeducação dos pescadores e na transformação das antigas colônias de pesca em organismos mais sofisticados que possam a atender os objetivos de uma política avançada nesses terrenos. Prova disso é a atividade do CENEMAR e da SUDEPE.

3. - Fronteiras doutrinárias:

Crises tivemos na chamada guerra da lagosta - os franceses, ao tempo, insistiam que a lagosta era arrebatada fora da plataforma continental. Os estudos do almirante Paulo Moreira da Silva, desmascaram tais pretensões; uma vez que a lagosta caminha do talude continental pela plataforma.

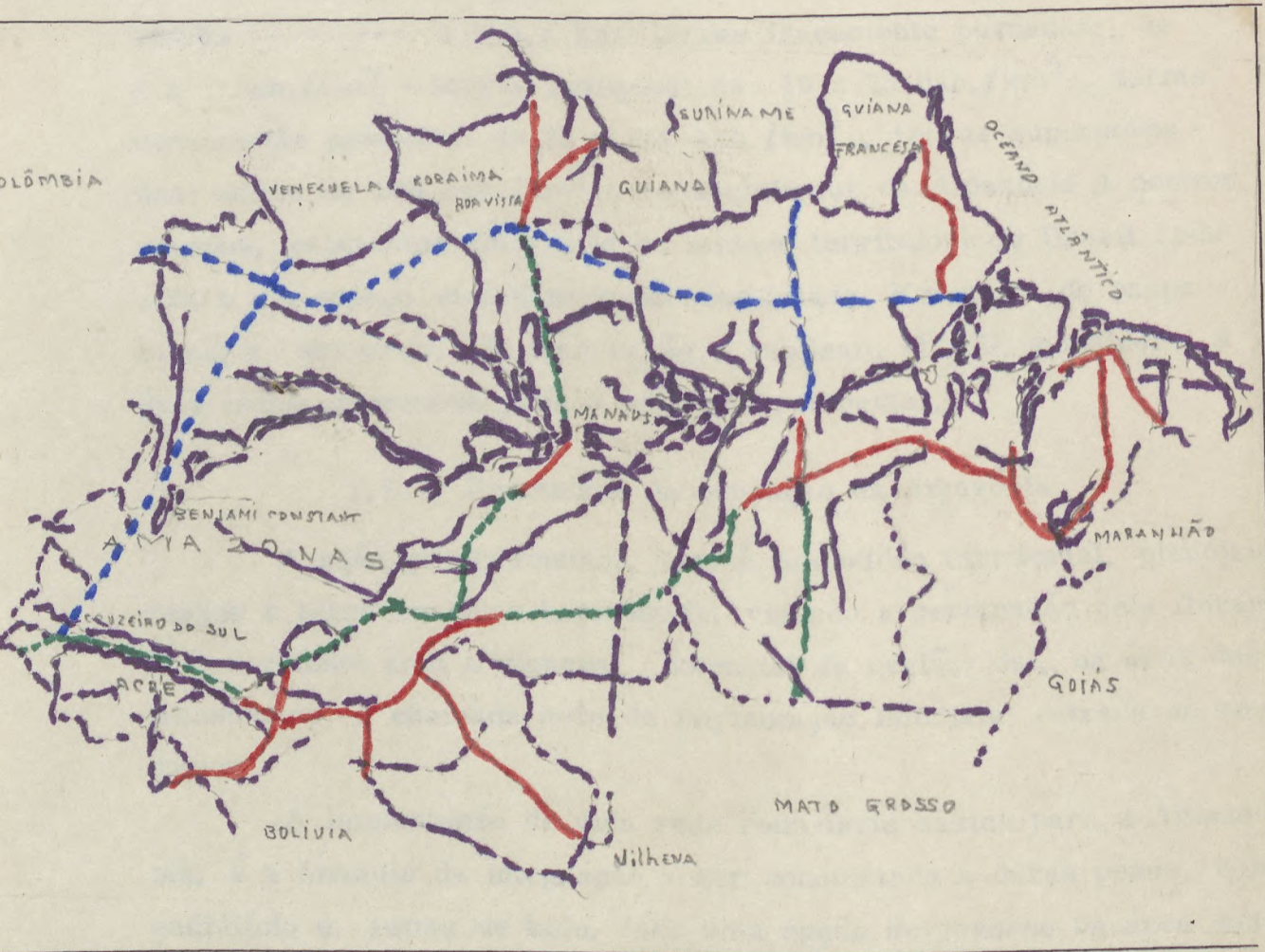
Assim sendo, sabido que nossa plataforma atinge até 150 milhas da costa, melhor seria, como doutrina, que não mais considerássemos a tese da plataforma e simplesmente acompanhando a posição peruana de outros povos da América do Sul, fizéssemos a doutrina das 200 milhas, por razões de segurança nacional.




Eis um projeto positivo de fronteira ideológica, que mais cedo ou mais tarde terá de ser defendida perante os organismos internacionais.

4. - A Amazônia Brasileira. Novas Fronteiras da Integração.

ESTRADAS

DA AMANÔNIA



-  Rodovias federais existentes.
-  Rodovias federais em implantação.
-  Rodovias federais a serem construídas

1. A Amazonia Brasileira representa 59% do território Nacional e compreende os estados de Acre, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Goiás e Maranhão, além dos territórios de Amapá, Roraima e Rondonia. - Em termos gerais, sua população é de 8% da população geral.

Se admitirmos a classificação ----- terras despovoadas ----- 1 hab./ km² terras fracamente povoadas: de 1 a 5 hab./km² - terras povoadas: de 10 a 25 hab./km², terras densamente povoadas: de 25 a 100 hab./km², terras superpovoadas: acima de 100 hab./km² e se excluirmos da Amazônia 4 centros urbanos, estaremos com mais da metade territorial do Brasil reduzida a um espaço verdadeiramente desabitado. Fronteira de pauperismo e abandono, eis uma razão a explicar. O PIN considera a área como prioritária para a ação governamental.

1.1. - Fronteiras da ocupação da Amazônia.

A ação governamental, face à imensidão territorial, planejou rasgar a terra em duas horizontais, visando a penetração pela floresta e o contato com a riqueza, potencial da região; daí, na área dos transportes, a chamada rede de implantação imediata: estrada de rodagem.

A implantação de uma rede rodoviária básica para a Amazonia, é a fórmula da integração a ser conquistada a duras penas, com sacrifício e, acima de tudo, face uma opção de governo na área desenvolvimentista.

A Transamazônica está sendo formada por um conjunto de rodovias que se inicia em João Pessoa (BR-230) e Recife (BR-232) no litoral Atlântico e segue até a fronteira com o Peru, cortando os terminais dos afluentes navegáveis ao Sul do Amazonas, com uma extensão/ de 5.600 km. Ao longo das Rodovia, estão sendo implantadas as Agro-Vilas, um sistema racional de colonização, que abre um limite novo na recuperação das migrações sazoneiras agora a serem canalizadas / para o norte, ao invés de baixarem o S. Francisco para Minas e Bahia/ e atingirem o sul do país.

1.2 - Situação geral das rodovias na transamazônica.

Porto-Velho - Manaus - A rodovia Porto-Velho-Manaus (BR 319) já construída deu à Capital Amazonense sua primeira ligação terrestre com as demais capitais brasileiras, cruzando a Transamazônica em Humaitá.

Manaus-Caracarai - Fronteira com a Venezuela. Em construção acelerada, depois da declaração conjunta de Brasil e Venezuela que decidiu a construção de rodovia a ser denominada BV-8 - ligando Brasil a Caracas. Esta será formada pelas rodovias, Brasília - Cuiabá, Amapá-Porto Velho, Manaus-Caracarai, até fronteira com a Venezuela. Boa-Vista, fronteira com a Guiana - Esta rodovia se inicia na estrada que ligará Manaus à Fronteira com a Venezuela - a BV-8, em Boa-Vista, seguindo rumo à fronteira com a Guiana.

Rodovia Cuiabá-Santarém, ligando a Capital de Mato-Grosso à Santarém, constituindo-se na primeira ligação terrestre do Pará para o Centro. Haverá prolongamento desse sistema até o Suriname. Porto-Velho-Rio Branco, já está entregue ao tráfego, dando ao Acre o privilégio de estar em condições de dinamizar sua rede rodoviária.

Perimetral - Norte - é esta a última rodovia integrando o PIN, e será réplica da transamazônica ao Norte do Rio Mar, cortando seus aluentes navegáveis.

2. - Limites do desbravamento da Amazônia.

A transamazônica é uma vereda aberta ao Nordeste para colonização do enorme vazio demográfico e o início da exploração de potências até então inacessíveis; - é a integração em soluções do homem sem terra do nordeste para a terra sem homens do Norte. É fato que não há uma tradição de proprietário nesse colono bisonho, da ocupação; da mesma forma que a terra desbravada

recebe o homem, o homem sem terra recebe a propriedade ou a posse da terra e se educa ou reeduca na agro-vila, para uma experiência nova de implantar o povoamento da terra e promover o desenvolvimento nacional, mesmo a longo prazo e mediante / uma opção de não se fazer o melhor negócio para quem investe, ressalvado que o planejamento, como política de governo reflète esta opção face óbices e antagonismo que melhor atendem à Segurança Nacional e ao bem comum.

A transamazônica receberá o contingente migratório do homem sofrido do nordeste, que poderá adquirir sua experiência com dezenas de colonos vindos do sul, em busca desse novo // "el dorado". O decreto 68 443/71 declarou como de interesse social, para fins de desapropriação os imóveis rurais de propriedade particular situados numa área de 64 mil km² no chamado polígono Altamira-Itaituba. Nessa área já começa o progresso da colonização com base na infra-estrutura já existente naquelas duas cidades e nas condições favoráveis dos solos locais. Outro decreto-lei, o de nº 1.164/71 declarou indispensáveis à segurança nacional as terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura em cada lado do eixo de rodovias na amazonia legal, perfazendo uma / área que atinge 2,2 milhões de km². Tal medida visa a evitar, para futuro, questões de propriedades e de terras, e fundamentalmente solucionar, nova fronteira de segurança, com a venda indiscriminada de gl^obas, anterioremente ao interesse alienígena.

Um aspecto inteligente e progressivo será o prêmio que o governo federal propiciará àqueles que, pelo trabalho na região, façam jus ao uso dessas terras devolutas, numa programação de colonização cujo planejamento atende à flora e à fauna, aos rebanhos bovinas e ao plantio de grãos, para um celeiro promissor de alimentos de origem vegetal e de origem animal na mais variegada ^aescala. a/

2.1 - Fronteiras do povoamento.

Os fluxos migratórios para a Amazônia devem atender a três ímpetos: o primeiro, espontâneo e natural será o dos nordestinos, ora desviados do alto S. Francisco para a Amazônia. O segundo, do Distrito-Federal, via eixo Belém-Brasília; e, finalmente, o terceiro, Centro-Sul do país, a ser atendido principalmente pela via Cuiabá-Mato Grosso, em direção ao Nordeste. Fronteira de povoamento, porteira de integração, principalmente modificada pelos incentivos fiscais aplicados na Amazônia legal, assim como pelo trabalho sistemático do planejamento da SUDAM e a atividade da Sudene, assim como a divulgação do espaço a ser conquistado com o trabalho ativo de várias fontes de penetração como a operação Rondon, os inúmeros projetos existentes / nas várias áreas de ação Governamental.

3. Fronteiras políticas da ocupação da Amazônia.

1. Encontro de Estocolmo.

As razões do Instituto Hudson na ocupação de áreas / desabitadas não encontram eco ou ressonância científica que merecem maiores comentários. Muito menos ainda as ridículas teses levantadas em Estocolmo com relação à poluição ambiental e às reservas de oxigênio do planeta. Bem sabemos que o oxigênio elaborado em condições naturais obedecem ao mesmo ciclo do montante / de sua elaboração, daí a ingenuidade de que a Amazônia seja uma / grande reserva mundail nesse sentido, muito embora, a tecnologia / não aconselharia, por razões óbvias a o desmatamento de solos virgens de baixa camada de condições aráveis, possíveis de condicionarem o deserto e a aridez, que não convem ao nosso desenvolvimento.

¹¹ O Reservatório de oxigênio da Amazônia " é um contra-senso uma vez que a mata o consome diariamente; o desmatamento planejado de áreas a serem beneficiadas é algo de importante, pois aí estamos em face de implantação de uma política, que se justifica, até mes

mo por questão de soberania nacional, Já analisamos as opções que nos levaram, face o desenvolvimento, à integração da Amazônia: - trata-se de uma área, como vimos, que obrigará muitos / brasis, face a taxa de crescimento e a necessidade de reservas / materiais para atender ao futuro, fundado em previsões realista, evidentemente é uma opção, a de nosso maior interesse em termos uma região de riqueza materiais imensas e de reservas potenciais ainda maiores.

2. As fronteiras econômicas da Amazônia -

Quando falamos em Amazônia temos de pensar no Brasil inteiramente integrado, ou então, de que vale a Amazônia desocupada e abandonada? Então, na verdade, governar o Brasil não mais será / abrir estradas e sim resolver globalmente magnos e graves problemas de um país que adquiriu consciência de si e se decidiu promover seu desenvolvimento em caráter definitivo e irreversível a médio e longo prazo.

Até há bem pouco tempo permanecia o desafio irredutível do drama nordestino que sempre se apresentou, até então, como persistindo, teimosamente, os seus aspectos dolorosos de carências em que 30 milhões de irmãos nossos, sujeitos a crises endêmicas, a gravadas com o flagelo periódico das secas desoladoras, vivendo muito mal, em núcleos esparsos, produzindo e consumindo pouco mais de / *aguda* 10% da renda interna. Mesmo assim, *aquela* aquela sofrida área, na posse de 1 décimo da população, vinha se excedendo, em esforços, para realizar tão inexpressiva produção. Devido à falta de uma infra-estrutura / econômica e social adequada, êsses brasileiros não têm sido distribuídos pelas áreas desocupadas do nosso solo, as quais têm permanecido / à espera desesperada de mãos que nelas dinamizassem os meios consideráveis de prosperidade e riqueza.

Entrementes, só a Amazônia tem capacidade de acolher / uma população de vulto da própria população atual do país. Seja dito, em abono da verdade, que bem poucos se têm interessado deveras em

conhecer a Amazônia, para, em seguida, tentar equacionar os seus problemas e buscar os meios possíveis para solucioná-los, em tôdas as dimensões. E isso só poderia ser feito através da iniciativa inicial, tornando-a acessível e aberta, como ocorre / com a abertura da grande via terrestre. Êsse o pensamento patriótico do govêrno da Revolução de 1964, cuja política, em relação à Amazônia, voltou-se prioritariamente para a integração / nacional racional e metódica, no sentido de alcançar objetivos de sua eficaz descoberta e de sua humanização consciente.

5. - A Antártida - A reformulação de uma política de fronteiras.

1. - Povo sem território e com fronteiras.

Foi o tratado de Tordesilhas, em 1494 que delimitou o espaço geográfico do Brasil português, no traçado do meridiano que passava aproximadamente onde está hoje Belém, no Norte e Laguna, no Sul. É fato que o meridiano continua, e assim prossegue na sua delimitação de dois mundos, um português e outro espanhol, que tanto ódio causou a Francisco I, quando indagava do testamento de nosso pai bíblico Adão, que tão de sigualmente repartiu seus bens entre esses dois povos privilegiados.

O que os franceses não conseguiram por tratados, como a Capitulation de la partition del mar oceano, fizeram-no / pelas armas, e assim vieram povoar a América ou Novo Mundo, como depois os outros povos europeus.

1.1 - Lição do passado.

A lição que nos vem do passado está presa à pos se ideal de imenso território, que, com os fatos, foi sendo acres cido com a ocupação paulatina. O res nullius deu lugar ao uti pos sidetis e assim a existência de domínio de territórios ocupados / constituindo nossa imensa continentalidade.

2. - A situação atual do Brasil.

Acabamos de realizar uma obra majestosa, digna do louvor de Rio Branco, como a de, em nossa continentalidade de 8.511.965 km², dimencionar nossas fronteiras com os vizinhos da América do Sul, ao longo de uma medida que alcança a cifra de 16.453.548 Km, e que nos deu a descoberta do Pico da Neblina e

uma dimensão nova de visão da pátria, com o objetivo de integrá-la para o bem comum ainda desta como das novas gerações.

PAÍSES:	EXTENSÃO (Km)
Brasil - Uruguai:	1.003.071
Brasil - Argentina:	1.262.910
Brasil - Paraguai:	1.339.057
Brasil - Bolívia:	3.125.951
Brasil - Peru :	2.995.222
Brasil - Colômbia:	1.664.180
Brasil - Venezuela:	2.199.267
Brasil - Guiana:	1.605.800
Brasil - Suriname:	543.040
Brasil - Guiana Francesa:	<u>665.000</u>
Total:	16.453.548

A Bolívia constitue a nossa vizinha de maior extensão terrestre, através Rondônia, Acre e Mato Grosso, num total de 3.126 Km. O Suriname, o de menor limite, passando sua divisória pelo Pará e pelo Amapá, num total de 593 Km. Agora, nossas ilhas oceânicas, é de convir, porque motivo nosso país, ao feitio do Chile, da Argentina, nossos vizinhos, ou do Uruguai, em nossa fronteira sul, não aspira ao res nullius que constitue a Antártida e que implicará, para o futuro, assunto de segurança, ressalvado a defesa do interesse econômico, que determinou a corrida para essas regiões. Eis uma questão de fronteiras, na qual aliamos a história, a economia, a defesa nacional e o critério de confrontação face o direito internacional, ao feitio do histórico protesto de Francisco I, de França.

2.1 - As fronteiras brasileiras da Antártida face o critério da defrontação.

A defrontação foi proposta em 1907, pelo canadense Pascal Poirier, para delimitar setores polares, sistema anteriormente adotado na partilha do Polo Norte. É ela válida e interessa ao Brasil, pois que cabe-nos, do exame dessa delimitação 303.800 - km² da Antártida - na correspondência ao espaço ladeado pelos Meridianos Martin Vaz e Arroio Chui - parte da Antártida Sul-Americana - que abrange o Equador, Chile, Peru, Argentina, Uruguai e Brasil. Para consignar, de futuro essa pretensão abaixo relacionamos as coordenadas geográficas da Antártida Brasileira, tendo em vista a defrontação:

Meridiano:

Martin Vaz - B) - Lat. 77° 00'S - Long. 28° 30' W.

Meridiano:

Arroio Chui - C) - Lat. 81° 00'S - Long. 053° 20' W

Meridianos 28° 53' W - (dados aproximados, tomando-se por base com Planisfério)

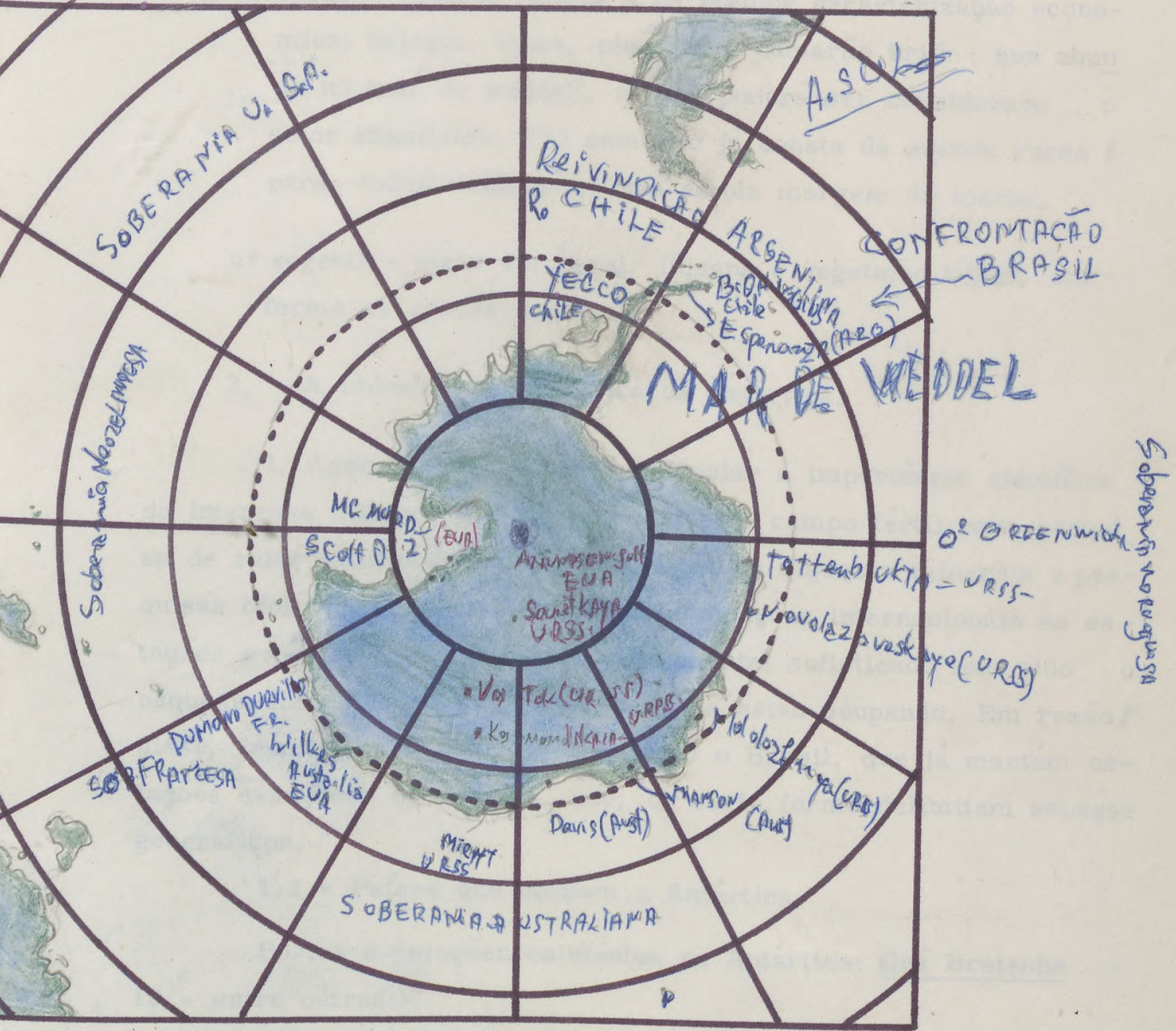
3. - A importância econômica da Antártica.

1. Os bens econômicos existentes na Antártica ou as condições de interesse técnico-científico exigem de povos em desenvolvimento, atenção especial.

A melhor prova a ser extraída disso é o condicionamento que existe entre as duas super potências, a U.R.S.S. e a U.S.A. em suas atividades no continente gelado.

Podemos destacar, dentre os *os vários reinos* da natureza, os seguintes recursos:

- a) Mineral - ouro, prata, cobre, cromo, cassiterita, pirita, petróleo (há reservas já projetadas pelos americanos, que sigilosamente não foram divulgadas); carvão, do melhor teor; urânio, da melhor matéria-prima para reatores atômicos.



- b) animal - peixes típicos e da melhor caracterização econômica; baleias, focas, pinguins e camarão krill - que abunda no mar de weddell, o qual poderá ser considerado o setor brasileiro. Tal camarão já consta da agenda russa / para industrialização, com ampla margem de lucros.
- c) vegetal - algas em geral, líquens e vegetação típica, conforme as épocas do ano.

2. - A importância científica da Antártica.

1. Agora o que se possa dissociar a importância científica do interesse militar, a Antártica tem sido campo fértil para pesquisa de raios cósmicos, para a proporção de riquezas minerais e pesquisas biológicas. No campo das comunicações internacionais as estações e postos avançados com instrumental sofisticado tem sido o esquema mais visado pelos países que a estão ocupando. Em razão / disso, inúmeras são as nações, exceto o Brasil, que já mantém estações avançadas ou campos, que, de certa forma delimitam espaços geográficos.

1.2 - Países que ocupam a Antártica:

Postos e estações existentes na Antártica: Grã Bretanha -
19 - entre outras:

Base B - (Deception I s)

Base D - (Hope Bay)

Base E - (Stonington s)

Base F - (Argentina Is)

Base K - (Eossil Blu)

Base T - (Adelaide I s)

Base H - (Signy I s)

Base Z - (Halley Bay), Mandhum, Shackleton, South Ice -
South Orlzney Islands Stations (Orça
das e outras);

U.R.S.S. - 12, entre outras: novolaza neuslzaya, molodezhnaya, Voslok, Komsomololskaya, Mainy (sendo que uma fica a 970 kms. da Terra do Fogo), Sovietskaya, Pionerskaya, Oasis, Lazareu.

U.S.A. - 12, a saber:

Sky - Histation, Byrd Station, Little Rockford Station - Ammdsen-Scott Station - Beardmore Station - Mc Mudo Station - Hallett Station - Wilkes Station - Ell Sworth Station - Camp Minegotta - Little América;

Argentina - 10, a saber:

Deception - Esperanza - Teniente Matienzo - Orcadas - Ellsworth Station - General Belgravo Station - Laurie;

Chile - 6, entre outras: Arturo Prat - Bernard O'Higgin - Gabriel Gonzales Videla, Pedro Aguirre, Cerda, Yelcho;

Austrália - 3 - Mawson Station - Wilkes Station, Davis Station;

França - 3, entre outras: Dumont, d'Urville Station, Charcot;

Nova Zelândia - 2, a saber: Hallet Station, Scott Satation.

União Sul Africana - 2, Toffen bukta e Sanac.

Japão - 1 - Showa Station.

Bélgica - 1 - Roi Baudouin.

Noruega - 1 - Madleim

Polônia e outros países ainda não catalogados inclusive o ^{BRASIL} ~~Brent~~, que oficialmente se faz omisso.

1.3 - Missões científicas na Antártica:

U.S.A. (Usarp - ^{United} ~~Alniled~~ Stats Research Program) - nas bases de ^{Mc}Me-Murd - Byrd - ^AAmândse^r-Scott, entre outras.

U.R.S.S., Austrália, Argentina, União Sul Africana, Nova Zelândia, Grã-Bretanha, Chile, França, Bélgica, Japão, Noruega, Dinamarca, Rodésia do Sul - todos estes países mantêm bases científicas na Antártica, exceto o Brasil.

Na verdade há um fator ponderável, que limite a participação do Brasil em empreendimento nesse continente - é o vultoso custo operacional de qualquer ocupação e a qualquer título. A Rússia, a U.S.A. mantêm as ^{estações} correntes astronômicas nessa região do Globo, ^o ônus da prematura ocupação, pago com juros adiantadamente - Em 1958, no ano geofísico foi dispensada a importância global de 250 milhões de dólares pela U.S.A. . A despesa anual dos americanos com as pesquisas e as bases atinge acerca de 32 milhões de dólares. Embora os recursos sejam omissos quanto às despesas realizadas, pelo vulto operacional, não devem ficar muito atrás dos americanos em tais investimentos. Parece que há compensação de caráter político e estratégico nos dispêndios acima assinalados. Podemos visualizar isto, na frase despretenciosa da professora Terezinha de Castro, assistente de Delgado de Carvalho, quando afirma que o estreito de Drake pode tornar-se uma válvula de escape para o mundo, na emergência de qualquer política agressiva que torne inoperante o estreito de Magalhães, face a possível/limitação operacional do Canal do Paraná. O outro aspecto que já foi considerado valioso, no passado, foi a ponte para a linha de teleguiados e ainda é assunto de interesse imediato ser considerada esta região como condições pioneiras para gerar aviões supersônicos ou outros tipos de navios, ^{ou} espaçonaves.

2- As fronteiras do Brasil cedo ou tarde devem começar na Antártica.

Tudo indica que o Brasil deve colocar a operação Antártica dentre suas prioridades, país em desenvolvimento que é. Não é

de estranhar que em pleno século XX se ~~ajista~~^{ajista} ao fato novo, qual seja a mudança conceitual de fronteiras, não mais fundada em so mente fatores de ordem política, como também em razões científicas, doutrinárias e econômicas.

A " guerra fria ", que tão recentemente arrefeceu entre as grandes potências do século - U.R.S.S. — U.S.A. é uma prova disso, pois que hoje em dia, estrapolam-se tais antagonismos, em novos tipos de fronteiras - constituem estas super-potências - nações que, pelo alto desenvolvimento e tecnologia unem-se sem mais limites - em programações de defesa mútua objetivando o antagonismo com o terceiro mundo ou as nações em desenvolvimento.

As fronteiras ideológicas que constituíram antagonismos entre essas nações poderosas - não mais podem impedir óbices que se opõem aos programas desenvolvimentistas das novas nações , com o Brasil, em face de auto-afirmação.

A atual arrancada do desenvolvimento, como dissemos, deve programar a integração da Antártica, em termos de catalizar --- ~~recursos~~ --- científicos e objetivar conquistas econômicas, que são as duas novas fronteiras a exigir o esforço do govêrno no interesse da nação brasileira.

1.2 - A posse da Antártica -

A posse da Antártica é uma questão de fato. Nossa pátria, na incorporação territorial sempre pautou pela justiça e pelos critérios reconhecidos pelo direito e nunca aceitando a posição / unilateral de interessados eventuais. A resolução de Washington não invalida a possível pretensão de nossa pátria nessa nova fronteira do continente sulamericano.

O Brasil, face sua história constitucional, desde a República, proclama sua aversão à Guerra de conquista ou a negação do arbitramento. Não impede nossa ocupação, pelo princípio de

confrontação de legítima integração territorial no continente frio.

Na verdade, o ato de presença do Brasil na Antártica / deverá ser considerado como coisa que já demora - porquanto / tantas outras nações, sem a mínima base jurídica, histórica ou legitimidade outra já se fazem representar no rateio de distribuição de bases e postos avançados nesse importante setor do planeta. Para não menos, é de convir a presença de nossos irmãos / os argentinos, chilenos e uruguaios.

O Brasil, presentemente em fase desenvolvimentista é de conquistar know-how e levantar suas bases no continente frio, / mesmo que isso seja uma opção que não fique a preço módico , mas que se justifique a longo prazo, como os investimentos de nossa fronteira das 200 milhas ou de nossa conquista do continente / verde, que é a nossa Amazônia legal.

2.2. O Tratado de Washington ^{NÃO} poderá impedir a pretenção do Brasil na Antártida.

Os acordos internacionais têm a validade dos organismos que os constituem e nos limites ad hominem de suas necessidades, quando não apresentam a validade universal, isto é, há / certo o elemento discutível, no qual intervem o direito internacional. O fato de o Brasil não ter homologado o acordo de Genebra - o que aliás foi bom - permitiu e permite, que de futuro o Brasil reivindique perante o direito das gentes as 200 milhas de seu mar Continental. Assim também nossa posição face o tratado de Washington , no que diz respeito às preferências sobre a Antártida. Tudo depende de decisão política e de opção da nação interessada. É evidente que nosso interesse na Antártida depende muito de abertura de nova fronteira, ao jeito da opção, que desde a década de sessenta leva o Brasil a inaugurar Brasília no planalto central, ou a integrar a Amazonia pelo povoamento e pelo transporte ou a defender um limite novo ao longo de nossas costas, com todos os azares e prejuízos que as iniciativas levam a economia de investimento. Entretanto são deci-

sões políticas. A Antártida, a nosso ver, ao feitiço de outras nações, constituirá para o Brasil um empreendimento dispendioso e a longo prazo - mas, sem dúvida, uma necessidade de política / desenvolvimentista, fundada em superiores interesses de segurança face a liderança continental. O Brasil não deve estar alheio a um campo novo de disputa e interesses que ocorre numa área / que o próprio princípio de confrontação outorga-lhe uma primazia / considerável.

BIBLIOGRAFIA:

a-Legislação

Decreto-Lei 1106/70 (PIN)

Mensagem 56/70 Poder Executivo

Decreto-Lei 1 098/70

Decreto-Lei 553/69

Decreto 63 164/68

Decreto 68 020/55

Decreto 64 063/60

Decreto 56 515/65

Decreto 58 696/66

b-Obras e autores

Obras

Mar Territorial - Vademecum p/Marinha

Metas e Bases p/Ação Governamental

O Desafio do Mar

Direitos do Mar (Conferência)

Mar Territorial e Plat. Submarina

Estudos s/ampl. Mar Territorial
de 200 Milhas

Discursos no Congresso 1968/70

Riqueza Nac. do Solo e Sub solo e
Fundo do Mar

Geopolítica do Brasil

Brasil, um gigante que despertou

Brasil 2002

Sinopse de Estatística do Brasil

Interpretação da Realidade Brasileira

Tarefa de Todos Nos

Amazonia, o Grande Desafio

Autor

Marinha de Guerra do Brasil

Presidência da República

Almte. Paulo Moreira da Silva

Emb. Ramiro S. Guerreiro

Tito Mondin

Almte. Roxo de Freitas

Senador Vasconcelos Torres

Mario Silva Pinto

Gal. Colbery Couto e Silva

Poppe de Figueiredo

Mario Henrique Simonsen

I.B.G.E. (Fundação)

João Camillo de O. Torres

Gal. E.G. Medici

Jarbas G. Passarinho

<u>Obra</u>	<u>Autor</u>
Publicações: SUDENE - SUDAM - M. de Transportes	Petrobrás - Rodovias, etc.
O Desafio, O milagre Brasileiro	Murilo Memmo Filho
Amazonia e seu Desenvolvimento	Arthur Cesar Ferreira Reis
Amazonia. Nova Visão do Brasil	Amalia Martelli
Petroleo no Mundo	Ernesto Geisel
Política de Transportes	Juarez Tavora
História das Fronteiras do Brasil	Helio Vianna
História Diplomática do Brasil	Helio Vianna
A Amazonia e a Cobiça Internacional	Arthur Cesar Ferreira Reis
Limites de Demarcação da Amazonia Brasileira	Arthur Cesar Ferreira Reis
Gusmão, Bolivar e o Uti Possidetis	J.G. Oliveira
Formação Historica do Brasil	P. Calógeras
Segurança e Desenvolvimento	Revista diplomados da E.S.G.
Antártida (artigo Revista Diplomt)	João Frank da Costa
O Brasil e a Antártida	Euripedes C. Menezes
Projeção Continental do Brasil	Cel. Mario Travassos

